

Exportação não tem mais perda cambial

Romualdo Barros

Não há mais perda cambial em relação ao dólar norte-americano na exportação e, para 1982, a tendência de paridade deve persistir, com a manutenção do crédito-prêmio acima de 9% durante todo o ano. Além disso o superintendente de pesquisa da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, Roberto Fendt Jr., espera baixa nas taxas de juros no mercado externo, com aumento da demanda por financiamentos e a consequente recuperação da economia a partir de maiores investimentos.

Ele participa do painel de abertura do 9º Encontro Nacional de Economia, amanhã, em Olinda, Pernambuco, cujo tema será "A economia brasileira, conjuntura e perspectiva", ao lado de professores como Maria da Conceição Tavares, Clovis Cavalcanti, Paulo Francini, Walter Barelli, e José Antônio Santana. Promovido pela Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia — Anpec, o 9º Encontro abordará, até o dia 11, as principais questões nacionais, desde a energia ao balanço de pagamentos.

DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL

Até dezembro de 1979, quando ocorreu a maxidesvalorização do cruzeiro em relação ao dólar norte-americano de 30%, o país operava, praticamente, com dupla taxa cambial para a exportação: a oficial se aplicava aos produtos primários — que não se beneficiavam de incentivos fiscais ou creditícios —, e a taxa de câmbio com incentivos, que beneficiava os produtos industrializados.

A eliminação dos incentivos fiscais às exportações industriais tenderia a igualar as duas taxas cambiais, a menos dos incentivos creditícios e dos incentivos fiscais remanescentes — diz em seu trabalho sobre a política cambial no período 1974/1980 o pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, Alkimar Ribeiro Moura.

Para ele, considerando-se as taxas nominais de câmbio, o ganho líquido para exportadores de produtos básicos foi de 28%, ou seja, praticamente igual à maxidesvalorização de 30%. A mesma cifra vale para exportadores de produtos industrializados que mantiveram os créditos-prêmios concedidos pelo Governo. O ganho líquido para os exportadores de manufaturados foi igual à desvalorização nominal do cruzeiro menos a perda de incentivos fiscais, ou seja, um ganho de 7% decorrente da diferença percentual entre a taxa média de Cr\$ 40,391 e a de Cr\$ 37,722 por dólar, respectivamente em dezembro e novembro de 1979.

Levando-se em conta a inflação brasileira e a norte-americana, o ganho real para o exportador de produtos agrícolas desce para 20,2%, enquanto que ele se reduz para apenas 0,53% para o setor industrial exportador. Conclui-se que a maxidesvalorização de dezembro de 1979 teve efeito limitado para incentivar a exportação de produtos industrializados.

Em 1980, a pré-fixação da correção cambial em 40% e a aceleração da inflação interna acabou por eliminar gradualmente os eventuais ganhos que a maxidesvalorização havia propiciado aos exportadores. E a redução atingiu tanto os exportadores de produtos básicos quanto os de bens industrializados.

DETERIORAÇÃO

A taxa de câmbio real começo a declinar, em valor absoluto,

to, a partir de abril de 1980. Em menos de um ano a política de pré-fixação da correção cambial eliminou os efeitos positivos da maxidesvalorização, somente vindo a ser abandonada em novembro de 1980. Como consequência acentuou-se a deterioração da balança comercial, elevando-se o déficit.

E para compensar o que os exportadores chamaram de "atraso cambial" o Governo voltou a acelerar as minidesvalorizações do cruzeiro em relação ao dólar norte-americano, utilizando o diferencial entre a inflação interna (medida pelo INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e a inflação externa, sem deixar claro a velocidade e intensidade das variações cambiais.

Outros dois economistas, Paulo Guedes e Honório Kume, da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, em trabalho sob o título *As Taxas de Juros e os Mercados Cambiais*, lembram que a mesma política cambial que incentiva os exportadores puni os tomadores de financiamentos no exterior, o que dificulta a aceleração das desvalorizações do cruzeiro.

O Governo brasileiro — propõem eles — ao invés de efetuar as minidesvalorizações cambiais através da diferença entre a inflação brasileira e a norte-americana, poderia utilizar-se de uma cesta de moedas de nossos principais parceiros comerciais, o que faria frente à valorização do dólar em relação às outras moedas, minimizando as perdas de competitividade das exportações.

Mas, ao se utilizar de um conjunto de moedas, a política cambial provocará maiores desvalorizações frente ao dólar, elevando o custo dos tomadores de recursos externos.

DEFASAGEM RECUPERADA

Roberto Fendt Jr., por sua vez, afirma que tomando-se a inflação brasileira para este ano (INPC), de 95%, e estimando-se a inflação norte-americana em 10% (a fórmula é $1.95 \div 1.10 - 1$), chega-se à taxa de 78%, a qual, somada aos 15% do crédito prêmio à exportação, permite recuperar a defasagem cambial anterior.

Na verdade há ganho adicional sobre o que os exportadores tinham em 1979. Isso em relação ao dólar norte-americano, que se valorizou muito face às outras moedas. E a desvalorização das terceiras moedas em relação ao dólar teve como principal consequência para a exportação brasileira a queda nas cotas de nossas commodities, já que elas, negociadas em dólares, tornaram-se mais caras para os consumidores de países como a Alemanha, França e Japão.

O superintendente de pesquisa da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior acha que a situação dos exportadores brasileiros melhora em 1982, pois a paridade do cruzeiro em relação ao dólar deve continuar. Além disso, o crédito prêmio à exportação, que vinha sendo pago em 120 dias, passa a ser pago à vista, permanecendo acima de 9% durante todo o ano de 1982, embora tenda para a eliminação total em 1983.

O aumento na rentabilidade projetada dos exportadores em 1982 faz crescer a possibilidade de desvalorização cambial abaixo da inflação, sem que se perca a paridade com a rentabilidade verificada em novembro de 1979 — conclui o economista Roberto Fendt Jr.